

# PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2024

## CONTRATANTE (UASG)

(158293)

## OBJETO

Registro de preços para aquisição de equipamentos laboratoriais (laboratório de hidráulica), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.006.746,55

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/01/2025 às 9:00h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	15
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	16
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	16
12. DOS RECURSOS.....	17
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS  
CODÓ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024**  
(Processo Administrativo nº 23249.025106.2024-94)

Torna-se público que o(a) **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS CODÓ**, por meio do(a) Núcleo de Licitações, Compras e Contratos - NLCC, sediado(a) no Povoado Poraquê, S/N, Zona Rural de Codó-MA, CEP nº 65.400-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de equipamentos laboratoriais (laboratório de Hidráulica) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Nos itens 1, 2, 3 e 4 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10 *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
- 3.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *valor unitário e total) do item;*

5.1.2 *marca;*

5.1.3 *fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1,00 (um) real**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de

maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.24.1** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.24.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e estimado pela administração;

7.10.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante

classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no

prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.3.1 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.3.2 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**9.6.1** A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portal.ifma.edu.br/licitacoes/>.

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
  - 13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 13.1.6 fraudar a licitação;
  - 13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
  - 13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1 advertência;
  - 13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacaocampuscod@ifma.edu.br](mailto:licitacaocampuscod@ifma.edu.br).

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.ifma.edu.br/licitacoes/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
  - 15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 15.11.2 *Anexo II – Modelo de Proposta;*
- 15.11.3 *Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;*
- 15.11.4 *Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

Codó-MA, 17 de dezembro de 2024.



Documento assinado digitalmente  
JANDHERSON MOURA SILVA  
Data: 17/12/2024 15:44:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**JANDHERSON MOURA SILVA**

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Termo de Referência 15/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2024	158293-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CODO	SEBASTIAO LEARTE SANTOS	16/12/2024 08:21 (v 5.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23249.025106.2024-94

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de de equipamentos laboratoriais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificações	Unid.	UASG	Quant. Unit.	Quant. Total	Valor Unit.	Valor Total
	<b>Bancada para estudo de mecânica de fluidos com no mínimo 02 postos de trabalho</b> , a bancada deverá ser uma unidade autônoma construída com estrutura metálica, rodízios, tampo em compensado naval revestido em fórmica branca para resistência em ambiente de laboratório. Deverá realizar no mínimo os experimentos de: Familiarização com o equipamento, tubo de Venturi, placa de orifício, hidrômetro residencial como medidor de vazão, perda de carga distribuída em condutos forçados, perdas de carga localizadas, visualização de		158293 - IFMA CAMPUS CODO	1			

escoamentos laminares e turbulentos, curva de uma bomba centrífuga. A bancada deverá ser fornecida com um relatório de avaliação de exposição a risco conforme Lei nº 6514 /77, norma regulamentadora NR-15 estabelecendo os limites de tolerância para ruído contínuo e intermitente, manual de experimentos correlato ao hardware fornecido, relação de componentes para reposição com a indicação de possíveis fornecedores e fluxograma do processo. Todo material técnico teórico descrito acima deverá estar disponível através de plataforma online com ferramenta de acesso por dispositivo móvel ou PC. Deverá ser fornecido, para a prática em hidrostática, princípio de Arquimedes : 2 sensores para aquisição de dados nas variáveis; força, faixa ±50 N, resolução 30 mN, aceleração faixa ±16 g e resolução 0.01 g, giroscópio faixa ±34.9 rad/s e resolução 0.01 rad/s e taxa de amostragem 1000 Hz, com conexão bluetooth e USB que possibilita conexão direta a smartphone, tablet, notebook ou desktop; possibilitando conectar com software de aquisição de dados, que também deverá ser fornecido, compatível com iOS, Android e Windows permitindo que os valores medidos podem ser registrados e exibidos graficamente; conjunto de corpos flutuantes com adaptador						
--	--	--	--	--	--	--

magnético: aço inoxidável, latão e madeira ; dimensões máxima do aparato (mm): 150 x 200 x 500; Peso máximo aprox. 2,15kg.

Deverá realizar no mínimo os seguintes experimentos:

A bancada autônoma projetada para realizar experimentos na área de Mecânica dos Fluidos e Sistemas Fluidomecânicos, deve permitir o uso por dois grupos de alunos simultaneamente e ser apta a realizar no mínimo os seguintes experimentos: Em bombas hidráulicas, levantamento da curva de uma bomba centrífuga, associação em Paralelo de duas bombas centrífugas e associação em série de duas bombas centrífugas.

Determinação de perda carga distribuída em tubulações de tubo liso de Ø1/2", tubo liso de Ø3/4" e tubo com rugosidade induzida de Ø3/4". Permitir a determinação de perda de carga localizada (singular) em: cotovelo Ø3/4", curva Ø3/4", curva 45°, válvula de esfera Ø3/4" e dentre outros. Estudo de curva de dos seguintes métodos de medição de vazão: placa de orifício, tubo de Venturi, hidrômetro residencial, cronômetro e reservatório graduado. Deverá ainda permitir o estudo qualitativo do experimento de Reynolds e quantitativo do tubo de Pitot. Dentro da área de manometria, deverá conter instrumentos para o estudo de piezômetro



01	<p>de água, manômetro de Bourdon e de transdutor eletrônico de pressão diferencial.</p> <p>A bancada deverá ser composta por:</p> <p>O sistema deverá ser composto por no mínimo duas bombas de 1/2CV operando em 110 ou 220 Vac, tipo centrífuga com rotor e carcaça em noryl e um reservatório de no mínimo 61 litros (com 50 litros úteis) operando em circuito fechado. A Montagem deve ser do tipo bancada com estrutura metálica, rodízios, tampo em compensado naval revestido em fórmica branca brilhante e matérias resistentes a água, pintura especial das partes metálicas resistente a corrosões, acabamento em tinta epóxi por processo eletrostático e gaveteiro com chave para acondicionamento dos acessórios.</p> <p>Deve possuir um tubo para experimentos de Reynolds em cada lado da bancada (totalizando duas unidades) contendo tomada para injeção de corante para análise visual do tipo de escoamento e registro tipo agulha construído em aço inox para ajuste da vazão de corante, além de dois tubos de Pitot com ajuste de altura por knob rotativo, construído em alumínio com acabamento anodizado azul, aço inox e acrílico, bujões de vedação em aço inox com anéis O´Ring em borracha e tomada de estática de referência;</p>	Unid.	158718 - UNIV. FED.  DO SUL E SUD.	01	02	202.390,35	404.780,70
----	--	-------	---	----	----	------------	------------

<p>Nas instalações de Medidores de vazão, deve conter no mínimo duas placas de orifício usinadas em acrílico cristal transparente e acessórios em aço inox (acompanha duas placas em aço inox com diâmetros diferentes, dois tubos de Venturi usinados em acrílico cristal transparente, com polimento interno e externo, dois hidrômetros residenciais, dois reservatórios graduados e independentes, com dispositivo rápido de direcionamento de fluxo, e dois cronômetros;</p> <p>Deverá ser fornecido acessórios para auxílio na realização dos experimentos como no mínimo dois piezômetros de três linhas com escala construída em aço inoxidável 0,8 mm com graduação impressa em mmca com no mínimo 1.500mm úteis, blocos manifolds usinados em acrílico cristal, proteção frontal com painel de acrílico cristal, tubos construídos em vidro borosilicato. Deve ser acompanhado de suporte de fixação tipo tripé, bomba de ar para contrapressão e nove metros de mangueira cristal transparente para realização dos experimentos.</p> <p>Deve possuir no mínimo a seguinte instrumentação adicional: dois cronômetros digitais, dois manômetros de</p>	DO PARÁ				
--	---------	--	--	--	--

Bourdon com glicerina (0 a 25 mca), um manômetro de Bourdon com glicerina (0 a 50 mca), dois Vacuômetro de bourdon com glicerina (-10 a 0 mca) e dois manômetros diferenciais digitais com faixa de 0 a 200kPa.

O Painelelétrico deve ter dimensão máximas de 650x450x250 (mm) com pintura na cor cinza RAL 7035 e deverão estar instalados todos os dispositivos eletroeletrônicos de proteção, acionamento e controle. Devem seguir rigorosamente todas as recomendações da NR-10.

No painel elétrico deverão estar instalados todos os dispositivos para start, stop e proteção da bancada, composto por: Disjuntor geral para proteção contra surtos, inversor de frequência para partida da bomba centrífuga, chave seccionadora de liga desliga e sinaleiro indicativo de bomba em operação;

Todo cabeamento elétrico da bancada deve estar identificado com luvas e anilhas conforme o esquema elétrico e devem ter terminais para conexão aos elementos além de seguirem os padrões de cores e de isolação conforme boas práticas de engenharia, os bornes de passagem devem ser do tipo mola com identificação de grupo, numeração individual e cores conforme aplicações específicas (ex.: verde ou verde e amarelo

<p>para os bornes de terra) os elementos da bancada deverão ter TAG's de identificação conforme diagramas de automação.</p> <p>Os manuais devem contar no mínimo os seguintes tópicos: Familiarização com o equipamento, tubo de Venturi, placa de orifício, hidrômetro residencial como medidor de vazão, perda de carga distribuída em condutos forçados, perdas de carga localizadas, visualização de escoamentos laminares e turbulentos, curva de uma bomba centrífuga. Devem ainda conter resultados experimentais para professor e sugestões de análises dos dados além dos desenhos mecânicos do tubo de Venturi, placa de orifício e suporte (flanges), painel de elementos hidráulicos, diagrama do circuito hidráulico e esquema elétrico completo.</p> <p>A documentação da bancada deve abranger no mínimo, esquema elétrico completo com lista de bornes e anilhas, layout elétrico com dimensional externo e ilustrações das réguas de bornes, lista de TAG's e identificações, relatório de exposição a riscos de ruído, temperatura e iluminação conforme NR-15, manual completo;</p> <p>Não serão aceitos catálogos montados com "cópia e cola" do edital, não serão aceitas fotos ilustrativas nem desenhos técnicos e/ou realísticos como prova de fabricação anterior ou</p>						
---	--	--	--	--	--	--

<p>cumprimento do disposto no edital. Poderão ser solicitados a critério da comissão julgadora qualquer documentação referente a documentação da bancada a fim de comprovar o completo atendimento ao disposto no edital. <b>Devidamente montados e instalados no local específico determinado pela Administração, inclusive com treinamento para uso dos equipamentos.</b></p>					
<p><b>Bancada para estudo de estática dos fluídos</b></p> <p>Deverá permitir a investigação dos princípios de densidade relativa, viscosidades, vasos comunicantes, volume de corpos imersos e manometria. Deve possuir manual de experimentos correlato ao hardware composto por no mínimo: roteiro dos experimentos e familiarização com o equipamento, resultados experimentais para Professor, roteiros com resultados experimentais e sugestões de análises dos dados. Todo material técnico teórico descrito acima deverá estar disponível através de plataforma online com ferramenta de acesso por dispositivo móvel ou PC.</p> <p>Deverá realizar no mínimo os seguintes experimentos: Determinação de densidade relativa, determinação do volume de sólidos, uso do picnômetro, princípio dos vasos comunicantes, manometria, tubo em u simples e tubo em u inclinado, manômetro tipo poço, manômetro tipo fole - procedimento de calibração e viscosímetro de stokes.</p> <p>A bancada deverá ser composta por: Três manômetros de tipo tubo em U, um manômetro tipo poço (reservatório), um manômetro de tubo inclinado um manômetro de Fole, três tubos</p>		<p>154055 - FUND.  UNIV.  DE ROND/RO</p> <p>158293 - IFMA /CAMPUS CODO</p>	<p>01</p> <p>01</p>		

02	<p>para viscosímetro, um picnômetro com termômetro, um reservatório com régua limnimétrica, um termômetro, uma pera de bombeamento de ar, um dispositivo de garra para retirar esferas, um cronômetro digital, três metros de mangueira cristal, quatro conexões em Y e tampões para as conexões não utilizadas.</p> <p>A estrutura da bancada deverá ser confeccionada em aço carbono, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó, deverá possuir rodízios giratórios, sendo, dois com trava e dois sem trava, o tampo e o painel deverão ser confeccionados em compensado naval, com cantos arredondados e revestimento em fórmica brilhante, no tampo deverá possuir uma bandeja para trabalhar com peças molhadas.</p> <p>Deverá acompanhar a bancada um conjunto de manuais e arquivo de desenhos mecânicos:</p> <p>Os manuais devem contar no mínimo os seguintes tópicos: roteiros experimentos e familiarização com o equipamento, resultados experimentais para Professor, roteiros com resultados experimentais e sugestões de análises dos dados, arquivo de desenhos mecânicos, todos dispostos em manuais e mídia digital. Toda documentação deverá estar disponível em plataforma online, com indicação na bancada para acesso através de dispositivos móveis (smartfones, tablets, PC), permitindo que todos os usuários tenham rápido acesso ao conteúdo disponível (garantindo a equidade da informação técnica a todos os docentes e técnicos da instituição).</p> <p>Não serão aceitos catálogos montados com “copia e cola” do edital, não serão aceitas</p>	unid.	158718 - UNIV. FED. DO SUL E SUD. DO PARÁ	01	03	72.414,01	217.242,03
----	---	-------	--	----	----	-----------	------------

<p>fotos ilustrativas nem desenhos técnicos e/ou realísticos como prova de fabricação anterior ou cumprimento do disposto no edital. Poderão ser solicitados a critério da comissão julgadora qualquer documentação referente a documentação da bancada a fim de comprovar o completo atendimento ao disposto no edital. <b>Devidamente montados e instalados no local específico determinado pela Administração, inclusive com treinamento para uso dos equipamentos.</b></p>					
<p><b>Canal de Escoamento Aberto 2500X100 com transdutor eletrônico de pressão diferencial.</b></p> <p>O equipamento deverá ser uma unidade para estudo e treinamento de um canal de escoamento de água com superfície livre, deverá ser construído em vidro temperado que permita a visualização do escoamento, acidentes e dispositivos hidráulicos, instrumentos de medição e um sistema de recirculação de água através de conjunto bomba e tanque. Deverá ter sua estrutura construída em aço carbono com pintura eletrostática para suportar a carga imposta sobre ela sem deformar.</p> <p>Deverá realizar no mínimo os experimentos de: conservação da energia específica, comporta de fundo plana com descarga livre e descarga afogada, regimes de escoamentos subcrítico, crítico, supercrítico e ressalto hidráulico, vertedores de parede delgada, triangular, retangular e trapezoidal (Cipolletti), vertedores de parede espessa com borda com canto arredondado e com borda com canto vivo, medidor de velocidade do tipo tubo de pitot para levantamento do perfil de velocidades. A</p>		<p>154055 - FUND. UNIV. DE RON/RO</p>	<p>01</p>		
		<p>158293 - IFM A /CAMPUS CODO</p>	<p>01</p>		

bancada deverá ser fornecida com um relatório de avaliação de exposição a risco conforme Lei nº 6514/77, norma regulamentadora NR-15 estabelecendo os limites de tolerância para ruído contínuo e intermitente, manual de experimentos correlato ao hardware fornecido, relação de componentes para reposição com a indicação de possíveis fornecedores e fluxograma do processo. Todo material técnico teórico deverá estar disponível através de plataforma online com ferramenta de acesso por dispositivo móvel ou PC.

O material técnico e teórico deverá ser composto pelos relatórios de segurança descritos acima e por manual que deverá ser entregue impresso e estar disponível através de plataforma online e o mesmo deverá conter no mínimo os seguintes tópicos: Operação Geral e Instalação de Acessórios, Medida de vazão com Placa de Orifício, Medida de vazão com Cronômetro e Reservatório Graduado, Tubo de Pitot, Comporta de Fundo - Descarga Livre, Comporta de Fundo - Descarga Afogada, Escoamento Rapidamente Variado - Ressalto Hidráulico, Vertedor Retangular com Contração Lateral, Vertedor Cipolletti, Vertedor Triangular, Vertedor de Parede Espessa, Vertedor Salto Esqui, Calha Parshall e Coeficientes de Chezy e de Manning.

A bancada deverá ser composta de no mínimo: canal aberto com comprimento de 2,5 metros e largura de 0,1 metro com declividade ajustável através de motor elétrico e controlável por botões montados em caixa de comando ou botoeira pendente, reservatório de alimentação e retorno, reservatório de pré-alimentação de água para gerar escoamento laminar na estrada, reservatório de pré-



saída para reduzir surtos na corrente e não criar turbulência, unidade de bombeamento, tubo de pitot, limnômetro, piezômetro, réguas de medição distribuídas no comprimento do canal e estrutura em aço carbono com pintura epóxi anticorrosiva para maior resistência a deformação pela massa do equipamento e volume de água. O Canal deverá ser construído em vidro temperado de no mínimo 10mm de espessura em cada parede (não serão aceitos canais com laterais em acrílico), as laterais devem ser em peça única com 2,5m de comprimento e altura entre 0,35m e 0,36m e 0,10m de largura útil, os pré reservatórios de entrada e saída deverão ser confeccionados em acrílico cristal 10mm e devem ter geometria adequada para reduzir as ondas transversais e turbulência na entrada do canal, o fundo deve ser confeccionado em material polimérico de baixa rugosidade com espessura entre 15 e 16mm, o ajuste de declividade deverá ser ajustado por uma rosca trapezoidal acoplada a um motor, com ajuste elétrico, sem qualquer esforço físico por parte do operador, por um simples toque em um botão de comando, o ajuste de declividade deve ter pelo menos -1% a +4%, o dispositivo de declividade deverá ter um escala graduada em aço inox, com indicador em aço inox, a dimensão total do canal incluindo as caixas de entrada e saída deverá ser entre 3,0m e 4,0m. O reservatório de pré saída deverá conter uma comporta de janela acoplada para proporcionar uma secção de controle na saída do canal com a finalidade de definir os regimes de escoamento no canal e formação de ressaltos que deverá ser ajustada por um fuso com volante

03	<p>acoplado, de fácil acionamento. Deverá ser fornecido um conjunto de placa de orifício para medição de pressão diferencial e cálculo de vazão e um transdutor eletrônico de pressão diferencial de dois canais. O transdutor deverá possuir alimentação 90 a 240VCA, 60Hz, gabinete plástico em ABS de alto impacto, conexões de pressão padrão pneumático DN6, tecla tact swith de zero. Deverá possuir faixa nominal de -20 a + 20 mCa (diferencial), capacidade de medir pressão estática máxima (sobre pressão): 50 mCa.</p> <p>O reservatório principal ("Bulk") deverá ser confeccionado em polímero, com capacidade compatível com o equipamento, deverá conter um rotâmetro e válvulas acessórias, juntamente com a bomba centrífuga deverá criar um sistema de recirculação de água, a bomba deverá ter acionamento e velocidade variável via inversor de frequência;</p> <p>Os acionamentos elétricos deverão ser em forma de uma caixa de comando ou botoeira pendente móvel para garantir a ergonomia durante a operação e com no mínimo 07 funções (botão de emergência, habilitar inversor, sinaleiro de inversor habilitado, ajuste de vazão, habilitar declividade e botões de sobe e desce com setas indicativas do sentido).</p> <p>Após a caixa de entrada, deverá ter uma comporta de fundo móvel, com ajuste de vazão (através de volante com mancais em bronze e alumínio anodizado) e com tomadas de pressão para medida de carga. Na caixa de saída deverá ter uma comporta de jusante com ajuste de carga através de volante com mancais em bronze e alumínio</p>	unid.	158718 - UNIV. FED. DO SUL E SUD. DO PARÁ	01	03	233.693,5	701.080,50
----	--	-------	---	----	----	-----------	------------

anodizado, deverá ter dispositivo para ajuste de vazão de saída, com graduação para medida de pequenas vazões. A Unidade de bombeamento deverá ser uma bomba centrífuga trifásica de do mínimo 1CV e corrente máxima de 20A, com acionamento via inversor de frequência para o ajuste da vazão, este controle deverá ser elétrico e o comando deverá estar na botoeira pendente.

A bancada deverá conter pelo menos os instrumentos de medição a seguir: rotâmetro (vazão), deve ser construído em policarbonato e internos em aço inox; Deverá conter tubo de Pitot; Limnômetro, com escala de 200mm, escala vernier (nônio), haste de medida em aço inox e corpo em alumínio anodizado; Piezômetro de sete linhas com tubos de vidro (tipo manômetro em “U” invertido) com diâmetro externo de 8 mm, diâmetro interno de 6 mm, construído em chapa de aço 1,2 mm, com pintura eletrostática na cor cinza texturizado RAL7035, escala construída em aço inoxidável 0,8 mm com graduação impressa em mmca, bloco manifold usinado em acrílico cristal, bloco de ligação usinado em acrílico cristal, proteção frontal com painel de acrílico cristal, deverá permitir realizar até sete medidas simultâneas com coluna entre 320 e 330mm, deve acompanhar gancho para fixação na lateral do canal de escoamento, mangueira de diâmetro externo 6 mm (transparentes) para as tomadas de pressão; deverá acompanhar um conjunto de réguas (03 réguas em vinil transparente ao longo do canal para medição de carga manométrica e para nivelamento; Mínimo de uma régua de graduação em vinil transparente no reservatório de saída para medida de

pequenas vazões e uma régua longitudinal em todo comprimento do canal de escoamento para medidas de posição do ressalto hidráulico entre outras;

O Painelelétrico deverá ter dimensão entre 600x400x200 e 600x400x250 (mm) com pintura na cor cinza RAL 7035 e deverão estar instalados todos os dispositivos eletroeletrônicos de proteção, acionamento e controle. Deverá seguir rigorosamente todas as recomendações da NR-10.

No painel elétrico deverão estar instalados todos os dispositivos para start, stop e proteção da bancada, composto por no mínimo: Disjuntor geral para proteção contra surtos, inversor de frequência para partida da bomba centrífuga, chave seccionadora de liga desliga e sinaleiro indicativo de bomba em operação;

Todo cabeamento elétrico da bancada deverá estar identificado com luvas e anilhas conforme o esquema elétrico que deverá ser fornecido e deverão ter terminais para conexão aos elementos além de seguirem os padrões de cores e de isolação conforme boas práticas de engenharia, os bornes de passagem deverão ser do tipo mola com identificação de grupo, numeração individual e cores conforme aplicações específicas (ex.: verde ou verde e amarelo para os bornes de terra) os elementos da bancada deverão ter TAG's de identificação conforme diagramas de automação que deverá ser fornecido.

Não serão aceitos catálogos montados com "cópia e cola" do edital, não serão aceitas fotos ilustrativas nem desenhos técnicos e/ou

<p>realísticos como prova de fabricação anterior ou cumprimento do disposto no edital. Poderão ser solicitados a critério da comissão julgadora qualquer documentação referente a documentação da bancada a fim de comprovar o completo atendimento ao disposto no edital. <b>Devidamente montados e instalados no local específico determinado pela Administração, inclusive com treinamento para uso dos equipamentos.</b></p>					
<p><b>Sistema de Treinamento em Bombas Hidráulicas.</b></p> <p>Bancada para estudo e compreensão dos conceitos relacionados a bombas hidráulicas, deverá ser um sistema autônomo com reservatório próprio, permitindo a movimentação e dispensando linha de água constante. O sistema deverá realizar ensaios com no mínimo 04 (quatro) tipos de bombas. Deverá possuir uma bomba centrífuga, uma bomba submersa, uma bomba tipo turbina e uma bomba de engrenagens. As bombas deverão ser posicionadas de forma paralela para que o mesmo sistema motor faça o acoplamento e acione as bombas (com a proposta de comparação e referência entre as bombas, o motor irá ser acoplado individualmente em cada bomba). O sistema deverá possuir todos os sensores e instrumentação digitais com conexão com o painel de instrumentos que deverá possuir uma IHM sensível ao toque com supervisório para acompanhamento dos dados (deverá possuir também software supervisório para aquisição dos dados por USB). A bancada deverá ser fornecida com um relatório de avaliação de exposição a risco conforme Lei nº 6514/77, norma regulamentadora</p>		<p>158293 -</p> <p>IF MA</p> <p>/CAMPUS</p> <p>CODO</p>	<p>01</p>		

estabelecendo os limites de tolerância para ruído contínuo e intermitente, manual de experimentos correlato ao hardware fornecido, relação de componentes para reposição com a indicação de possíveis fornecedores e fluxograma do processo. Todo material técnico teórico descrito acima deverá estar disponível através de plataforma online com ferramenta de acesso por dispositivo móvel ou PC.

Deverá realizar no mínimo os seguintes experimentos: O sistema de estudo em bombas hidráulicas deverá realizar experimentos práticos com no mínimo 04 (quatro) tipos de bombas, incluindo uma bomba centrífuga, uma bomba submersa, uma bomba tipo turbina e uma bomba de engrenagens. Deverá realizar os ensaios de CCB em bomba centrífuga, CCB em bomba submersa, CCB em bomba turbina e CCB em bomba de engrenagens. Deverá estabelecer comparações entre os desempenhos e parâmetros de cada uma das bombas, realizar a verificação do processo de escorva

A bancada deverá ser composta por: A estrutura deverá ser construída em aço carbono com pintura eletrostática anticorrosiva, deverá contar com rodízios para facilitar locomoção. A bancada deverá possuir largura máxima de 800 mm (para passagens em portas), comprimento entre 1500 e 2000 mm, altura entre 1200 e 1800 mm. A bancada deverá possuir no mínimo 04 bombas hidráulicas posicionadas em linha para facilitar a comparação e a execução de aulas e práticas. As bombas deverão ser acionadas por apenas 1 motor trifásico, 220V, 2 polos com transmissão via acopladores elásticos. O motor deverá ser posicionado em uma mesa XY com travas e dispositivos de

04	<p>segurança para acoplamento do motor a cada uma das bombas. O mesmo motor deverá deslizar na mesa para fazer o acoplamento com cada uma das bombas disponíveis (as bombas devem ser compatíveis com o motor fornecido).O sistema composto pelo motor e mesa deverá ser configurado para que o motor esteja em balanço de forma a permitir a medição do torque aplicado ao eixo das bombas. A bomba deverá possuir um inversor de frequência para que os utilizadores possam variar a rotação do motor durante os ensaios. O sistema deverá possuir nas partes móveis (mesa XY) do sistema um interruptor que desarma a fonte de energia em caso de movimentação com o acionamento ligado. Todas as bombas deverão ser conectadas ao reservatório do sistema, que deverá ser compatível com a vazão e operação das bombas fornecidas e deverá ser fabricado em aço inoxidável ou alumínio para que não ocorra corrosão. Acima do reservatório principal (sucção) deverá possuir um segundo reservatório para os ensaios (recalque) responsável por armazenar o fluido após a passagem pela bomba.</p> <p>A bancada deve ter sua instrumentação composta por pelo menos um transdutor eletrônico de pressão montado em vaso comunicante na sucção e um transdutor eletrônico de pressão no recalque de cada uma das bombas medindo individualmente. Deverá ter uma célula de carga acoplada ao motor em balanço para medida do torque aplicado na bomba e a informação da rotação deverá ser enviada diretamente à IHM através de comunicação modbus no inversor de frequência.</p> <p>Após os medidores de pressão, a linha de recalque</p>	unid.	158718 -  UNIV.  FED. DO SUL  E SUD.  DO PARÁ	01	02	341.821,66	683.643,32
----	--	-------	--	----	----	------------	------------

deverá possuir um transdutor eletrônico de vazão para medidas de fluxo.

O Painel Elétrico deverá possuir pintura na cor cinza RAL 7035 e possuir todos os dispositivos eletroeletrônicos de proteção, acionamento e controle. Deve seguir rigorosamente todas as recomendações da NR-10. Deverá possuir uma seccionadora de segurança trifásica compatível com a aplicação, IHM de 10". A IHM deverá ser colorida com no mínimo 10" e sensível ao toque, deverá permitir o controle e monitorados por software Supervisório construído em Labview ou Elipse Scada. O sistema deverá possuir um software supervisório que permite a realização dos experimentos e conexão via USB para aquisição dos dados em tempo real. Deverá possuir telas específicas relacionadas aos ensaios nas bombas e informação de todas as grandezas medidas no processo (incluindo todas as medidas em tempo real). O software deverá possuir uma tela de ensaios customizados que permite o levantamento de curvas e a geração de gráficos. Todos os dados devem ser salvos no sistemas e permitir que sejam exportados em arquivo .csv para posterior tratamento. Todo ambiente deverá ser desenvolvido em Labview e todas as informações necessárias devem ser entregues junto com a bancada.

Todo cabeamento elétrico da bancada deve estar identificado com luvas e anilhas conforme o esquema elétrico e devem ter terminais para conexão aos elementos além de seguirem os padrões de cores e de isolamento conforme boas práticas de engenharia, os bornes de passagem devem ser do tipo mola com identificação de



<p>grupo, numeração individual e cores conforme aplicações específicas (ex.: verde ou verde e amarelo para os bornes de terra) os elementos da bancada deverão ter TAG's de identificação conforme diagramas de automação.</p> <p>A documentação da bancada deve abranger no mínimo, esquema elétrico completo com lista de bornes e anilhas, layout elétrico com dimensional externo e ilustrações das réguas de bornes, lista de tags e identificações, mapa de pinagem da rede e de todas entradas e saídas que fazem interface com sistema, fluxograma completo com simbologia conforme a norma ISA, diagramas hidráulicos, memorial de cálculo, relatório de exposição a riscos de ruído, temperatura e iluminação conforme NR-15, manual completo contendo no mínimo práticas relacionadas as 04 (quatro) bombas hidráulicas fornecidas.</p> <p>Não serão aceitos catálogos montados com "cópia e cola" do edital, não serão aceitas fotos ilustrativas nem desenhos técnicos e/ou realísticos como prova de fabricação anterior ou cumprimento do disposto no edital. Poderão ser solicitados a critério da comissão julgadora qualquer documentação referente a documentação da bancada a fim de comprovar o completo atendimento ao disposto no edital. <b>Devidamente montados e instalados no local específico determinado pela Administração, inclusive com treinamento para uso dos equipamentos.</b></p>									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de .12 (doze) meses, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Os equipamentos devem ser entregues devidamente montados e instalados no local específico determinado pela Administração, inclusive com treinamento para uso dos equipamentos.

1.7. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus Codó- UASG 158293.

1.8. São órgãos participantes, conforme itens e quantidades previstas no termo de referência:

UASG	Município/UF de Entrega
158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá/PA
154055 - MECFUNDACAO UNIVERSIDADE DE RONDONIA/RO	Porto Velho/RO

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10735145000194-0-000010/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 582, 583, 584 e 585

IV) Classe/Grupo: 6640

V) Identificador da Futura Contratação: 158293-4/2024

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas;
- 4.1.2. Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio ( H g ) , c h u m b o ( P b ) , c r o m o h e x a v a l e n t e ( C r (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação Hazardous Substances RoHS (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);
- 4.1.2 Comprovar que o equipamento está em conformidade com os padrões mínimos de conformidade e qualidade estabelecidos pelo INMETRO ou internacional equivalente para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;
- 4.1.3. Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente

### Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

### Garantia da contratação

- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

- 5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.*
- 5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço :

Instituição: Instituto Federal do Maranhão-Campus Codó

Endereço: Povoado Poraquê, S/N - Zona Rural

CEP: 65400-000

Codó-MA

#### Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*
- 5.5. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

### Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **02 ( dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 01 (um) dia útil.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos

fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).



8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

#### Qualificação Técnica

8.28. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.28.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.31.1.1. *Deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do volume estimado de equipamentos com características compatíveis com o objeto da presente pretensão contratual, incluindo garantia e assistências.*

8.28.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.28.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.28.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 850.319,52

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.006.746,55 (dois milhões, seis mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos no tabela acima (item 1.1. deste Termo de Referência.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SEBASTIAO LEARTE SANTOS**

Setor Solicitante



Assinou eletronicamente em 16/12/2024 às 08:20:38.

**ADJACI DIAS DE BRITO**

Responsável pela Área Técnica



Assinou eletronicamente em 16/12/2024 às 08:21:29.

# Documento Digitalizado Público

## Termo de Referência Atualizado

**Assunto:** Termo de Referência Atualizado  
**Assinado por:** Sebastiao Learte  
**Tipo do Documento:** Termo de Referência  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- DIRETOR(A) - CD3 - DAP-COD, em 16/12/2024 08:25:08.

Este documento foi armazenado no SUAP em 16/12/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifma.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1022243  
**Código de Autenticação:** 2dd7ed7b7c



# Estudo Técnico Preliminar 6/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23249.025106.2024-94

## 2. Histórico de Revisões

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTORES
26/09/2024	1.0	Documento elaborado na fase inicial para submissão à análise administrativa e jurídica.	Sebastião Learte Santos - Requisitante Adjaci Dias de Brito - Área Técnica

## 3. Contextualização

A Diretoria-Geral do IFMA - Campus Codó designou através da **PORTARIA Nº 273/2024 - GAB-COD**, de 20/09/2024, o servidor Adjaci Dias de Brito, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº **1221604**, **para compor a área técnica para a elaboração, juntamente com o requisitante**, do Estudo Técnico Preliminar - ETP, conforme dispõe o Art. 8º da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022: "Art. 8º O ETP será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, observado o § 1º do art. 3º." - vide **Anexo I**.

Após os levantamentos dos dados e informações necessárias, apresentamos a seguir os elementos constituintes do Estudo Técnico Preliminar

## 4. Descrição da necessidade

O Instituto Federal do Maranhão possui diversos cursos na área agrícola e pecuária, tais como Técnico em Agropecuário, Ciências Agrária e Agronomia, os quais necessitam de laboratório equipamentos para atender a demanda das disciplinas compostas dos referidos cursos. Desta forma, possuir laboratórios devidamente equipados, proporcionando um ensino de qualidade aos alunos é importante para o processo ensino-aprendizagem. A instituição não possui laboratório de na área de hidráulica, laboratório este tão fundamental para atendimento aos alunos dos cursos citados. Sendo assim, faz-se necessária a aquisição de equipamentos para a montagem desse laboratório o qual atenderá os cursos acima elencados.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Planejamento	Sebastião Learte Santos

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Considerando o que estabelece o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006:

*I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*

Desta forma, sugerimos que o processo licitatório **adote o critério de participação exclusiva** de microempresas e empresas de pequeno porte para os itens enquadráveis no dispositivo legal supracitado, no presente caso, o item 2 da demanda.

No que tange aos itens que superem o valor de montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), entendemos não ser possível atender ao disposto no art. 8º do Decreto nº 8.538/20215, haja vista que o quantitativo de cada item não permite a divisão do item em cotas.

Outrossim, sugere-se ainda que no processo de contratação seja dada preferência ao Registro de Preços através de Pregão Eletrônico, priorizando a consulta de interesse na participação aos *campi* do IFMA que pretendem realizar contratação dessa natureza no exercício corrente, com observância ao que dispõe a **Resolução CONSUP/IFMA nº 33, de 27/04/2015, que regulamenta o Sistema de Contratações do IFMA – SISCON.**

No que tange ao estabelecimento do compromisso entre a Administração e as empresas vencedoras, sugere-se a utilização do instrumento **contrato de fornecimento**, em virtude da Administração garantir a assistência técnica dos equipamentos, objetos desta contratação, conforme dispõe o Inciso II, art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a complexidade dos equipamentos, sugerimos que o termo de referência disponha sobre a obrigatoriedade da empresa vencedora do certamente em entregar os equipamentos devidamente montados e instalados

Por fim, ressalta-se a necessidade de utilização e observância aos documentos do tipo modelo e minuta disponibilizados no sítio eletrônico da Advocacia Geral da União (AGU).

## 7. Levantamento de Mercado

O processo em tela envolve uma atividade rotineira da instituição, sendo considerada de baixa complexidade, e que pode ser tratada de forma satisfatória ao interesse público a partir dos procedimentos de contratação já consolidados pela instituição: Dispensa de Licitação (observado o limite legal), Registro de Preços através de Pregão Eletrônico, ou Pregão Eletrônico Tradicional.

Considerando a aquisição de material permanente, na modalidade bens de natureza comum, descrito pelo Inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021 como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Sobre a aquisição destes bens:

- A metodologia de obtenção do preço estimado levou em consideração a média dos preços pesquisados em empresas do ramo, conforme Art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021. Não foi possível realizar pesquisa de preços através do portal do comprasnet em virtude da similaridade dos equipamentos, não constando os mesmos no portal de pesquisa de preços.

- Das empresas citadas no item anterior, enviaram propostas (Dentro do prazo de 6 dias, conforme dispõe o Parágrafo Único, Art. 5º da IN 65/2021) a NORTON, LABITRIX, CUBOTECA e SIANCO . A empresa NORTON não respondeu a solicitação de cotação de preços. Nos anexo desde ETP colocamos o e-mail enviado para as empresas.

Item	Especificação	Unid.	Quant. (a)	Labtrix	Sianco	Cuboteca	Media (e)	Valor Total (a x e)
				Valor unit. (b)	Valor unit. (c)	Valor unit. (d)		
1	Bancada para estudo de mecânica de fluidos com no mínimo 02 postos de trabalho	Unid.	1	206,970,50	185.000,00	215.200,55	<b>202.390,35</b>	<b>202.390,35</b>
2	Bancada para estudo de estática dos fluídos	Unid.	1	71.667,53	66.320,00	79.254,50	<b>72.414,01</b>	<b>72.414,01</b>
	Canal de							

3	Escoamento Aberto 2500X100 com transdutor eletrônico de pressão diferencial.	Unid.	1	213.720,00	231.385,00	255.975,50	233.693,50	233.693,50
4	Sistema de Treinamento em Bombas Hidráulicas.	Unid.	1	320.617,50	298.830,00	406.017,50	341.821,66	341.821,66

8. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange o fornecimento de materiais permanentes para o atendimento da demanda da estruturação do laboratório de ensino dos cursos de agronomia e ciências agrárias do IFMA-Campus Codó.

É necessária a aquisição de infraestrutura adequada para os cursos. Uma parte muito importante desta infraestrutura é a parte de laboratórios de ensino. O laboratório promove a consolidação dos conceitos transmitidos em sala de aula através da realização de experimentos e práticas além ser parte importante para integrar ensino pesquisa e extensão

A solução a ser adotada dependerá da deliberação do corpo diretivo da instituição, no que tange a realização de um Pregão Eletrônico Tradicional ou de um Registro de Preços através de Pregão Eletrônico, dado que o valor global pretendido supera o valor-limite para que a licitação seja dispensável, nos termos inclusive do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021.

De todo modo, independente de qual solução seja escolhida, sugere-se que para estabelecer o compromisso entre a instituição e o fornecedor sejam celebrados o instrumento contrato de fornecimento.

É bem sabido que o contrato é instrumento de uso facultativo em caso de entrega imediata e integral dos bens, podendo ser substituído por outros documentos hábeis, como por exemplo, ordem de serviço, nota de empenho, entre outros, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021, desde que não resultem em obrigações futuras.

Entretanto, considerando a recente manifestação do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 7184 /2018 - Segunda Câmara (Relator Min. Augusto Nardes, Data da sessão: 07/08/2018), através do qual ratificou-se o entendimento da Corte acerca da previsão de critério de reajuste de preços inclusive em contratos com prazo de vigência inicial inferior a doze meses, invocando, para tanto, o Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário, no qual restou assim assentado.

Assim, reiteramos a sugestão de utilização do contrato de fornecimento, pois esse instrumento possibilita à Administração o direito à garantia dos bens dentro do prazo do contrato:

- O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, entre outros.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas das quantidades a serem contratadas foram realizadas pelo Diretor de Administração e Planejamento, conforme se observa no Documento de Oficialização de Demanda nº 33/2024 e documentação complementar ao DFD, presente nos autos - **DAP-COD/CAMP-COD/IFMA**, disposta nos autos do processo nº 23249.025106.2024-94.

Segue abaixo uma tabela com as quantidades de cada bem a ser adquirido.

Item	Especificação	Unid.	Quant.
1	Bancada para estudo de mecânica de fluidos com no mínimo 02 postos de trabalho	Unid.	1

2	Bancada para estudo de estática dos fluídos	Unid.	1
3	Canal de Escoamento Aberto 2500X100 com transdutor eletrônico de pressão diferencial.	Unid.	1
4	Sistema de Treinamento em Bombas Hidráulicas.	Unid.	1

10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor estimado:** R\$ 850.319,52 (oitocentos e cinquenta mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos).

Os preços de referência foram extraídos através de pesquisas de preços juntos a empresas do ramo, calculados /estabelecidos pelo servidor Sebastião Learte Santos, Diretor de Administração e Planejamento, conforme se observa no Documento complementar ao Documento de Oficialização de Demanda nº 33/2024, no valor estimativo de R\$ 850.319,52 (oitocentos e cinquenta mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), disposto no Processo nº 23249.025106.2024-94.

Segue abaixo uma tabela com os valores de cada bem a ser adquirido e o custo total médio da aquisição, segundo a média dos preços pesquisados.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unita	Valor Total
1	Bancada para estudo de mecânica de fluidos com no mínimo 02 postos de trabalho	Unid.	1	202.390,35	202.390,35
2	Bancada para estudo de estática dos fluídos	Unid.	1	72.414,01	72.414,01
3	Canal de Escoamento Aberto 2500X100 com transdutor eletrônico de pressão diferencial.	Unid.	1	233.693,50	233.693,50
4	Sistema de Treinamento em Bombas Hidráulicas.	Unid.	1	341.821,66	341.821,66

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há previsão para parcelamento. A entrega deverão ocorrer em parcela única.



## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram detectadas contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens foram cadastrados no PGC 2024, através da elaboração do Documento de Oficialização de Demanda - DFD 2024, e aprovado pela autoridade competente.

## 14. Resultados Pretendidos

Entre os principais resultados pretendidos no ambiente do IFMA - Campus Codó, citam-se:

- Disponibilizar à comunidade acadêmica de uma infraestrutura adequada para realização das atividades de pesquisa, ensino, extensão e inovação tecnológica;
- Incrementar positivamente os processos de pesquisa, ensino, extensão e inovação tecnológica;
- Melhorar os indicadores de avaliação e de qualidade dos cursos ofertados pela instituição;
- Melhorar os indicadores de permanência e êxito dos estudantes junto aos seus respectivos cursos;
- Obter economia de escala e vantajosidade para a Administração;

## 15. Providências a serem Adotadas

Por se tratar de uma contratação rotineira, a instituição já se encontra adaptada à mesma, de modo que não se vislumbra para o momento nenhuma providência a ser adotada.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

Em atenção aos critérios de sustentabilidade, sobretudo como forma de observância à Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública, sugere-se a inclusão de requisitos mínimos nas especificações dos equipamentos que buscam garantir a observância da responsabilidade ambiental no âmbito da presente contratação, conforme segue:

- a) Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas;
- b) Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia *Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS* (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);
- c) Comprovar que o equipamento está em conformidade com os padrões mínimos de conformidade e qualidade estabelecidos pelo INMETRO ou internacional equivalente para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;
- d) Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente

## 17. Gerenciamento de Riscos

A Matriz de Riscos desta contratação encontra-se disposto no **Anexo II**.

## 18. Classificação cf. Lei nº 12.527/2011

A Equipe entende que o presente estudo não requer classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

## 19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 19.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação é viável, haja vista que o IFMA Campus Codó possui espaço adequado para instalação dos equipamentos e toda a estrutura necessária para permitir o uso dos equipamentos pelos alunos, não só dos cursos de agronomia e ciências agrárias, mas também dos cursos do ensino técnico, como Técnico em Agropecuária e Meio Ambiente.

## 20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SEBASTIAO LEARTE SANTOS**

Setor Solicitante



Assinou eletronicamente em 01/10/2024 às 16:23:51.

**ADJACI DIAS DE BRITO**

Responsável pela Área Técnica



Assinou eletronicamente em 02/10/2024 às 09:02:49.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PORTARIA N° 273-2024 - GAB-COD.pdf (51.97 KB)
- Anexo II - MR6\_2024.pdf (75.29 KB)

**Anexo I - PORTARIA N° 273-2024 - GAB-COD.pdf**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO  
CAMPUS CODÓ**

**PORTARIA Nº 273/2024 - GAB-COD/CAMP-COD/IFMA, DE 20 DE SETEMBRO DE 2024**

**O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO – CAMPUS CODÓ**, nomeado nos termos da Portaria REITORIA nº 5.451 de 18 de novembro de 2020, publicada no D.O.U. de 19 de novembro de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e

Considerando o que dispõe a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08/08/2022 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25/12/2022,

**RESOLVE:**

I - Designar o servidor **ADJACI DIAS DE BRITO**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº **1221604**, para compor a área técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência e ETP Digital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus Codó, de acordo com os autos do Processo nº 23249.025106.2024-94.

II - Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

**Wady Lima Castro Júnior**  
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wady Lima Castro Junior, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - GAB-COD**, em 20/09/2024 10:42:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/09/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifma.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 913208

**Código de Autenticação:** 57d1c7a7e2



**Anexo II - MR6\_2024.pdf**

## Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

6/2024

## Objeto da Matriz de Riscos

### Aquisição de equipamentos laboratoriais

Responsável pela Edição

SEBASTIAO LEARTE SANTOS

Data de Criação

01/10/2024 15:29

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

### 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Justificativa contratação	da Justificativa da contratação ausente /insuficiente.	Planejamento	Administração	Alto	

## Impactos

1 Desatendimento ao princípio da motivação.

## Ações Preventivas

P-01	Aplicação da lista de verificação, conforme Anexo I da ON SEGES/MPDG nº 2, de 6/6/2016.	<b>Responsável:</b> TONY ROGERIO PEREIRA	SOUSA
------	---	--	-------

## Ações de Contingência

C-01	Justificar de forma clara e objetiva as necessidade da contratação	<b>Responsável:</b> SEBASTIAO LEARTE SANTOS
------	--	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-02</b>	Descrição do objeto e dos itens	Descrição inadequada e/ou incompleta do objeto e dos itens a serem licitados.	Planejamento	Administração	Alto	

## Impactos

1 Contratação que não atende às demandas organizacionais, e que causa dano ao erário, em virtude do desperdício de recursos públicos. Essa situação pode inclusive comprometer a competitividade do processo, e distanciar a Administração de obter a proposta mais vantajosa.

## Ações Preventivas

P-01	Verificar se a descrição do objeto, assim como dos seus respectivos itens estão ou são claros e objetivos, ou seja, que não restem dúvidas a respeito do que efetivamente a Administração pretende adquirir/contratar.	<b>Responsável:</b> TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA
------	--	--

## Ações de Contingência

C-01	Descrever de forma detalhada e completa as especificações dos equipamentos e materiais e serem adquiridos, inclusive quanto a necessidade de instalação por parte do fornecedor	<b>Responsável:</b> SEBASTIAO LEARTE SANTOS
------	---	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Dimensionamento das necessidades e recursos organizacionais	Dimensionamento inadequado das necessidades organizacionais frente às disponibilidades orçamentárias e financeiras.	Planejamento	Administração	Alto	

## Impactos

1 Sérios prejuízos à missão e a visão institucional, tanto em situações em que as necessidades sejam subestimadas (ausência de materiais e/ou serviços para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais), quanto superestimadas (desperdício de recurso público).

## Ações Preventivas

P-01	Analisar com critérios bem definidos às efetivas necessidades da instituição para o pleno desenvolvimento de suas atividades e atendimento aos anseios da sociedade.	<b>Responsável:</b> FELIPPE CALDAS SANTOS JACINTO
------	--	--

## Acções de Contingência

C-01	Adequar o quantitativo a ser adquirido de acordo com a disponibilidade orçamentária existente no momento da contratação.	<b>Responsável:</b> SEBASTIAO LEARTE SANTOS
------	--	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Inobservância PCA	ao Documento de Oficialização da Demanda em desacordo com o Plano de Contratação Anual (PCA)	Planejamento	Administração	Baixo	

## Impactos

Inobservância aos instrumentos legais que dispõem sobre o Plano de Contratação Anual (PCA), sujeitando os servidores envolvidos

1	no procedimento à responsabilização através de processo administrativo disciplinar e congêneres.					
Ações Preventivas						
P-01	Analisar se o(s) objeto(s) demandado(s) está(ão) previsto(s) no PCA da instituição.			Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Cadastrar a demanda no PGC 2024 e no portal do PNCP.			Responsável: SEBASTIAO LEARTE SANTOS		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Ausência de Estudos Preliminares	Ausência de Estudos Preliminares.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Desatendimento às exigências legais, o que pode ocasionar a anulação do processo.					
Ações Preventivas						
P-01	Atentar para os instrumentos normativos vigentes, em especial a IN SEGES/MPDG nº 5, de 26/5/2017, e a IN ME/SGD nº 1, de 4/4/2019.			Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Designar por portaria os responsável pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares			Responsável: WADY LIMA CASTRO JUNIOR		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Pesquisa de Preços	Preços não condizentes com a realidade e /ou com o objeto pretendido.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Desperdício de recursos públicos, quer seja quando ocorre o estabelecimento de preços inexequíveis e opta-se pela realização do certame, o qual pode não atrair interessados para a disputa, e conseqüentemente se tornar uma licitação deserta ou fracassada - situação em que todos os esforços humanos empreendidos vão por água abaixo, além de outros custos financeiros relacionados a realização da licitação; quer seja quando ocorre o sobrepreço, situação em que a Administração se sujeita a adquirir um bem/serviço por preço maior do que o praticado no mercado.					
Ações Preventivas						
P-01	Atentar para o que dispõe a IN SEGES/ME nº 65/2021			Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar a pesquisa de preços de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES nº 65/2021			Responsável: SEBASTIAO LEARTE SANTOS		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Validade das Pesquisas de Preços	Vencimento das pesquisas de preços que subsidiaram o estabelecimento dos preços de referência.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Os preços podem se mostrar irreais aos praticados no mercado, tanto para mais quanto para menos, e isso, pode acarretar o desperdício de recursos públicos (financeiros, materiais, humanos etc) no caso de ocorrer uma licitação deserta, e/ou de contratações em valores acima daqueles efetivamente praticados no mercado.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificação do prazo de validade das pesquisas de preços.			Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Fazer a atualização das pesquisas de preços nos termos a IN SEGES 65/2021			Responsável: SEBASTIAO LEARTE SANTOS		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Disponibilidade orçamentária	Ausência e/ou insuficiência de disponibilidade orçamentária para atender por completo à contratação.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Desobediência aos instrumentos normativos que versam sobre a execução da despesa, em especial, as normas aplicáveis às licitações e contratos administrativos.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar se no processo consta a informação referente a dotação orçamentária e consequente reserva de créditos orçamentários para atender a despesa por completo.			Responsável: FELIPPE CALDAS SANTOS JACINTO		
Ações de Contingência						
C-01	Adequar os quantitativos da demanda de acordo com a disponibilidade orçamentária existente, exceto se for registro de preços.			Responsável: SEBASTIAO LEARTE SANTOS		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Autorização do Ordenador Despesa	Ausência de autorização do Ordenador de Despesa para prosseguimento da contratação.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Execução de uma despesa sem a anuência do Ordenador de Despesa.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar se no processo consta de forma expressa e objetiva a autorização do Ordenador de Despesa para a execução da despesa. Caso seja constatada a			Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA		



ausência da autorização, encaminhar o processo ao Ordenador de Despesa, com relatório circunstanciado da situação, para que a referida unidade tome conhecimento e delibere da forma que considerar pertinente, e alinhado aos ditames legais.

#### Ações de Contingência

C-01 Determinar expressamente a continuidade do processo de compras **Responsável:** WADY LIMA CASTRO JUNIOR

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Documentação irregular para a licitação	Documentação para participação no certame irregular: habilitação, qualificação econômico-financeira, atestado de capacidade técnica, entre outros.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

#### Impactos

1 Afronta aos dispositivos legais que tratam de licitações e contratos públicos, resultando, caso prossigam-se as negociações, em uma contratação irregular.

#### Ações Preventivas

P-01 Consultar os sites eletrônicos oficiais das instituições públicas gerenciadoras das informações; Promover diligências com o intuito de apurar qualquer aresta que possa macular o processo. **Responsável:** TONY PEREIRA ROGERIO SOUSA

#### Ações de Contingência

C-01 Formalizar comunicação circunstanciada, com anexação dos documentos comprobatórios, à Diretoria Geral, com vistas a abertura de um processo administrativo para investigar a conduta dos envolvidos e identificar os graus de responsabilidades dos mesmos, para posterior aplicação de sanções administrativas - se for o caso, com garantia à ampla defesa e o contraditório, conforme preceitua a Constituição Federal, e demais normas infraconstitucionais correlatas. **Responsável:** TONY PEREIRA ROGERIO SOUSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Desatualização sobre as normas de compras públicas	Desatualização sobre normas e procedimentos aplicáveis às licitações e contratos por parte dos compradores oficiais ou dos membros da Equipe de Apoio.	Seleção do Fornecedor	Administração	Extremo	

#### Impactos

1 Execução, ou até mesmo inexecução, de procedimentos que podem colocar a Administração em situação de insegurança jurídica, dado que em virtude da desatualização dos compradores oficiais podem ocorrer: cerceamento de direitos; não realização de procedimentos essenciais ao interesse público; cometimento de irregularidades passíveis de sanção administrativa e com potencial elevado de macular a imagem institucional, entre outros.

#### Ações Preventivas

P-01 Investir na capacitação e atualização dos compradores oficiais e dos membros da Equipe de Apoio da instituição, de modo a suprir lacunas que porventura existam no que tange as atribuições e competências desses indivíduos. **Responsável:** WADY LIMA CASTRO JUNIOR

#### Ações de Contingência

C-01 Determinar que seja realizado um diagnóstico das competências, habilidades e atitudes dos compradores oficiais e dos membros da Equipe de Apoio, com o intuito de identificar pontos fracos que devam ser trabalhados e convertidos em fortalezas. **Responsável:** TONY PEREIRA ROGERIO SOUSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	Vencimento das propostas	Vencimento das propostas.	Seleção do Fornecedor	Administração	Extremo	

#### Impactos

1 Desperdício de recursos públicos, dado os esforços humanos que foram empreendidos, além da utilização de outros recursos materiais e financeiros para a execução do processo licitatório, para que ao fim o resultado seja nulo ou inerte.

#### Ações Preventivas

P-01 Verificar a validade das propostas, e convocar os licitantes adjudicatários dentro do prazo de validade, de modo que a Administração não dê causa ao direito do licitante de descumprir a sua proposta. **Responsável:** WADY LIMA CASTRO JUNIOR

#### Ações de Contingência

C-01 Contatar o licitante adjudicatário para saber do seu interesse em manter a proposta. No caso de recusa, verificar com o segundo colocado do processo licitatório em assumir as condições propostas pelo primeiro colocado. No caso de não haver negociação, realizar novo processo licitatório, em conforme com as normas vigentes e que se relacionem com a atividade. **Responsável:** WADY LIMA CASTRO JUNIOR

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-13	Manutenção das propostas	Não manutenção das propostas por parte dos licitantes adjudicatários.	Seleção do Fornecedor	Administração	Extremo	

#### Impactos

1 Desperdício de recursos públicos, com potencial para prejudicar com impacto bem relevante as atividades institucionais.

#### Ações Preventivas

P-01 Analisar a documentação apresentada pelos licitantes durante a execução do processo licitatório com cautela e bastante atenção, com uma postura profissional **Responsável:** TONY PEREIRA ROGERIO SOUSA

alinhada às regras disciplinadoras das licitações e contratos públicos.

#### Ações de Contingência

C-01	Apurar a responsabilidade do licitante que não manteve a sua proposta comercial através de processo administrativo em que lhe sejam garantidos a ampla defesa e o contraditório.	<b>Responsável:</b> TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA
------	--	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-14</b>	Documentação irregular	Documentação irregular para a celebração do contrato.	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	

#### Impactos

1	Desobediência aos instrumentos jurídicos vigentes relacionados à matéria, com a possibilidade de incorrer em irregularidade com potencial elevado de macular a imagem da Instituição frente à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo.
---	--

#### Ações Preventivas

P-01	Analisar com cautela os documentos apresentados pelo licitante para que seja formalizado o contrato.	<b>Responsável:</b> TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA
------	--	--

#### Ações de Contingência

C-01	Apurar a conduta dos agentes envolvidos através de processo administrativo em que sejam garantidos à ampla defesa e o contraditório ao servidor que tendo a obrigação de agir, foi omisso ou agiu de maneira negligente; e ao fornecedor, que agiu de forma inidônea levando a Administração ao cometimento de erro.	<b>Responsável:</b> TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA
------	--	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-15</b>	Ausência de garantia contratual	Não fornecimento de garantia que atenda às exigências contratuais.	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	

#### Impactos

1	Descumprimento às obrigações contratuais, bem como aos normativos que versam sobre licitações e contratos públicos.
---	---

#### Ações Preventivas

P-01	Analisar com atenção e cautela os documentos apresentados pelo fornecedor, com vistas a identificar se os mesmos cumprem aos requisitos contratuais.	<b>Responsável:</b> TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA
------	--	--

#### Ações de Contingência

C-01	Apurar a conduta dos agentes envolvidos através de processo administrativo em que sejam garantidos à ampla defesa e o contraditório ao servidor que tendo a obrigação de agir, foi omisso ou agiu de maneira negligente; e ao fornecedor, que agiu de forma inidônea levando a Administração ao cometimento de erro.	<b>Responsável:</b> TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA
------	--	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-16</b>	Ausência de designação dos fiscais	Ausência de designação dos fiscais administrativo e fiscal do contrato.	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	

#### Impactos

1	Falta de fiscalização das obrigações contratuais, o que tende a favorecer a ocorrência de infrações por parte do fornecedor, as quais variam de baixa a elevadíssima gravidade.
---	---

#### Ações Preventivas

P-01	Designar servidores, com consequente capacitação dos mesmos, para desempenharem a função de fiscais administrativos e/ou técnicos dos contratos em que o IFMA - Campus Codó figure como parte.	<b>Responsável:</b> WADY LIMA CASTRO JUNIOR
------	--	---

#### Ações de Contingência

C-01	Determinar que seja realizado pela Diretoria de Administração e Planejamento em conjunto com o Departamento de Gestão de Pessoas um levantamento para analisar à carga de trabalho, responsabilidade, competências, habilidades e atitudes dos servidores da instituição visando identificar quais servidores podem ser designados para a função de fiscal administrativo ou fiscal técnico, de modo que essa designação não figure como uma espécie de punição, ao sobrecarregar um servidor que já esteja responsável por um nível relevante de atividades laborais, mas sim, como o reconhecimento da boa conduta profissional do servidor e do potencial do mesmo em contribuir com o bom desenvolvimento das atividades organizacionais.	<b>Responsável:</b> WADY LIMA CASTRO JUNIOR
------	---	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-17</b>	Falta de capacitação dos servidores fiscais	Falta de capacitação dos servidores designados para a função de fiscal..	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	

#### Impactos

1	Execução, ou até mesmo inexecução, de procedimentos que podem colocar a Administração em situação de insegurança jurídica, contribuindo para a ocorrência das seguintes ações: cerceamento de direitos; não realização de procedimentos essenciais ao interesse público; cometimento de irregularidades passíveis de sanção administrativa e com potencial elevado de macular a imagem institucional, entre outros.
---	---

#### Ações Preventivas

P-01	Investir na capacitação e atualização dos servidores fiscais de contrato - administrativo e técnico, de modo a suprir lacunas que porventura existam no que tange as atribuições e competências desses indivíduos.	<b>Responsável:</b> WADY LIMA CASTRO JUNIOR
------	--	---

#### Ações de Contingência

C-01	Determinar que seja realizado um diagnóstico das competências, habilidades e	<b>Responsável:</b> WADY LIMA CASTRO JUNIOR
------	--	---

atitudes dos fiscais de contrato - administrativo e técnico, com o intuito de identificar pontos fracos que devam ser trabalhados e convertidos em fortalezas.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-18	Impunidade do fornecedor infrator	Não responsabilização do fornecedor por infrações cometidas contra a Administração e o Interesse Público.	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Geração do sentimento de impunidade, o que tende a estimular o fornecedor a manter sua conduta infratora e causadora de danos à Administração.					
Ações Preventivas						
P-01	Apurar a conduta do fornecedor, com observância aos ditames legais, e tendo em vista a necessidade de garantir ao mesmo, a ampla defesa e o contraditório de modo que qualquer cerceamento do exercício de direito não sejam posteriormente utilizados contra a Administração, como por exemplo, em uma demanda judicial.			Responsável: WADY LIMA CASTRO JUNIOR		
Ações de Contingência						
C-01	Abertura de procedimento administrativo para apurar tanto a responsabilidade dos servidores que tendo a obrigação de agir, foram omissos, assim como fornecedor infrator.			Responsável: WADY LIMA CASTRO JUNIOR		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

SEBASTIAO LEARTE SANTOS  
Setor Solicitante

ADJACI DIAS DE BRITO  
Responsável pela Área Técnica

# Documento Digitalizado Público

## Estudo Técnico Preliminar - ETP

**Assunto:** Estudo Técnico Preliminar - ETP  
**Assinado por:** Sebastiao Learte  
**Tipo do Documento:** Estudo Técnico Preliminar  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- DIRETOR(A) - CD0003 - DAP-COD, em 03/10/2024 08:21:18.

Este documento foi armazenado no SUAP em 03/10/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifma.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 951357

**Código de Autenticação:** 804db18fdf



## Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

6/2024

## Objeto da Matriz de Riscos

### Aquisição de equipamentos laboratoriais

Responsável pela Edição

SEBASTIAO LEARTE SANTOS

Data de Criação

01/10/2024 15:29

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

### 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Justificativa contratação	da Justificativa da contratação ausente /insuficiente.	Planejamento	Administração	Alto	

## Impactos

1 Desatendimento ao princípio da motivação.

## Ações Preventivas

P-01	Aplicação da lista de verificação, conforme Anexo I da ON SEGES/MPDG nº 2, de 6/6/2016.	<b>Responsável:</b> TONY ROGERIO PEREIRA	SOUSA
------	---	--	-------

## Ações de Contingência

C-01	Justificar de forma clara e objetiva as necessidade da contratação	<b>Responsável:</b> SEBASTIAO LEARTE SANTOS
------	--	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-02</b>	Descrição do objeto e dos itens	Descrição inadequada e/ou incompleta do objeto e dos itens a serem licitados.	Planejamento	Administração	Alto	

## Impactos

1 Contratação que não atende às demandas organizacionais, e que causa dano ao erário, em virtude do desperdício de recursos públicos. Essa situação pode inclusive comprometer a competitividade do processo, e distanciar a Administração de obter a proposta mais vantajosa.

## Ações Preventivas

P-01	Verificar se a descrição do objeto, assim como dos seus respectivos itens estão ou são claros e objetivos, ou seja, que não restem dúvidas a respeito do que efetivamente a Administração pretende adquirir/contratar.	<b>Responsável:</b> TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA
------	--	--

## Ações de Contingência

C-01	Descrever de forma detalhada e completa as especificações dos equipamentos e materiais e serem adquiridos, inclusive quanto a necessidade de instalação por parte do fornecedor	<b>Responsável:</b> SEBASTIAO LEARTE SANTOS
------	---	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Dimensionamento das necessidades e recursos organizacionais	Dimensionamento inadequado das necessidades organizacionais frente às disponibilidades orçamentárias e financeiras.	Planejamento	Administração	Alto	

## Impactos

1 Sérios prejuízos à missão e a visão institucional, tanto em situações em que as necessidades sejam subestimadas (ausência de materiais e/ou serviços para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais), quanto superestimadas (desperdício de recurso público).

## Ações Preventivas

P-01	Analisar com critérios bem definidos às efetivas necessidades da instituição para o pleno desenvolvimento de suas atividades e atendimento aos anseios da sociedade.	<b>Responsável:</b> FELIPPE CALDAS SANTOS JACINTO
------	--	--

## Acções de Contingência

C-01	Adequar o quantitativo a ser adquirido de acordo com a disponibilidade orçamentária existente no momento da contratação.	<b>Responsável:</b> SEBASTIAO LEARTE SANTOS
------	--	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Inobservância PCA	ao Documento de Oficialização da Demanda em desacordo com o Plano de Contratação Anual (PCA)	Planejamento	Administração	Baixo	

## Impactos

Inobservância aos instrumentos legais que dispõem sobre o Plano de Contratação Anual (PCA), sujeitando os servidores envolvidos

1	no procedimento à responsabilização através de processo administrativo disciplinar e congêneres.					
P-01	Analisar se o(s) objeto(s) demandado(s) está(ão) previsto(s) no PCA da instituição.		Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA			
Ações de Contingência						
C-01	Cadastrar a demanda no PGC 2024 e no portal do PNCP.		Responsável: SEBASTIAO LEARTE SANTOS			
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Ausência de Estudos Preliminares	Ausência de Estudos Preliminares.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Desatendimento às exigências legais, o que pode ocasionar a anulação do processo.					
Ações Preventivas						
P-01	Atentar para os instrumentos normativos vigentes, em especial a IN SEGES/MPDG nº 5, de 26/5/2017, e a IN ME/SGD nº 1, de 4/4/2019.		Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA			
Ações de Contingência						
C-01	Designar por portaria os responsável pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares		Responsável: WADY LIMA CASTRO JUNIOR			
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Pesquisa de Preços	Preços não condizentes com a realidade e /ou com o objeto pretendido.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Desperdício de recursos públicos, quer seja quando ocorre o estabelecimento de preços inexequíveis e opta-se pela realização do certame, o qual pode não atrair interessados para a disputa, e conseqüentemente se tornar uma licitação deserta ou fracassada - situação em que todos os esforços humanos empreendidos vão por água abaixo, além de outros custos financeiros relacionados a realização da licitação; quer seja quando ocorre o sobrepreço, situação em que a Administração se sujeita a adquirir um bem/serviço por preço maior do que o praticado no mercado.					
Ações Preventivas						
P-01	Atentar para o que dispõe a IN SEGES/ME nº 65/2021		Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA			
Ações de Contingência						
C-01	Realizar a pesquisa de preços de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES nº 65/2021		Responsável: SEBASTIAO LEARTE SANTOS			
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Validade das Pesquisas de Preços	Vencimento das pesquisas de preços que subsidiaram o estabelecimento dos preços de referência.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Os preços podem se mostrar irrealis aos praticados no mercado, tanto para mais quanto para menos, e isso, pode acarretar o desperdício de recursos públicos (financeiros, materiais, humanos etc) no caso de ocorrer uma licitação deserta, e/ou de contratações em valores acima daqueles efetivamente praticados no mercado.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificação do prazo de validade das pesquisas de preços.		Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA			
Ações de Contingência						
C-01	Fazer a atualização das pesquisas de preços nos termos a IN SEGES 65/2021		Responsável: SEBASTIAO LEARTE SANTOS			
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Disponibilidade orçamentária	Ausência e/ou insuficiência de disponibilidade orçamentária para atender por completo à contratação.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Desobediência aos instrumentos normativos que versam sobre a execução da despesa, em especial, as normas aplicáveis às licitações e contratos administrativos.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar se no processo consta a informação referente a dotação orçamentária e consequente reserva de créditos orçamentários para atender a despesa por completo.		Responsável: FELIPPE CALDAS SANTOS JACINTO			
Ações de Contingência						
C-01	Adequar os quantitativos da demanda de acordo com a disponibilidade orçamentária existente, exceto se for registro de preços.		Responsável: SEBASTIAO LEARTE SANTOS			
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Autorização do Ordenador Despesa	Ausência de autorização do Ordenador de Despesa para prosseguimento da contratação.	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Execução de uma despesa sem a anuência do Ordenador de Despesa.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar se no processo consta de forma expressa e objetiva a autorização do Ordenador de Despesa para a execução da despesa. Caso seja constatada a		Responsável: TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA			

ausência da autorização, encaminhar o processo ao Ordenador de Despesa, com relatório circunstanciado da situação, para que a referida unidade tome conhecimento e delibere da forma que considerar pertinente, e alinhado aos ditames legais.

#### Ações de Contingência

C-01 Determinar expressamente a continuidade do processo de compras **Responsável:** WADY LIMA CASTRO JUNIOR

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Documentação irregular para a licitação	Documentação para participação no certame irregular: habilitação, qualificação econômico-financeira, atestado de capacidade técnica, entre outros.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

#### Impactos

1 Afronta aos dispositivos legais que tratam de licitações e contratos públicos, resultando, caso prossigam-se as negociações, em uma contratação irregular.

#### Ações Preventivas

P-01 Consultar os sites eletrônicos oficiais das instituições públicas gerenciadoras das informações; Promover diligências com o intuito de apurar qualquer aresta que possa macular o processo. **Responsável:** TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA

#### Ações de Contingência

C-01 Formalizar comunicação circunstanciada, com anexação dos documentos comprobatórios, à Diretoria Geral, com vistas a abertura de um processo administrativo para investigar a conduta dos envolvidos e identificar os graus de responsabilidades dos mesmos, para posterior aplicação de sanções administrativas - se for o caso, com garantia à ampla defesa e o contraditório, conforme preceitua a Constituição Federal, e demais normas infraconstitucionais correlatas. **Responsável:** TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Desatualização sobre as normas de compras públicas	Desatualização sobre normas e procedimentos aplicáveis às licitações e contratos por parte dos compradores oficiais ou dos membros da Equipe de Apoio.	Seleção do Fornecedor	Administração	Extremo	

#### Impactos

1 Execução, ou até mesmo inexecução, de procedimentos que podem colocar a Administração em situação de insegurança jurídica, dado que em virtude da desatualização dos compradores oficiais podem ocorrer: cerceamento de direitos; não realização de procedimentos essenciais ao interesse público; cometimento de irregularidades passíveis de sanção administrativa e com potencial elevado de macular a imagem institucional, entre outros.

#### Ações Preventivas

P-01 Investir na capacitação e atualização dos compradores oficiais e dos membros da Equipe de Apoio da instituição, de modo a suprir lacunas que porventura existam no que tange as atribuições e competências desses indivíduos. **Responsável:** WADY LIMA CASTRO JUNIOR

#### Ações de Contingência

C-01 Determinar que seja realizado um diagnóstico das competências, habilidades e atitudes dos compradores oficiais e dos membros da Equipe de Apoio, com o intuito de identificar pontos fracos que devam ser trabalhados e convertidos em fortalezas. **Responsável:** TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	Vencimento das propostas	Vencimento das propostas.	Seleção do Fornecedor	Administração	Extremo	

#### Impactos

1 Desperdício de recursos públicos, dado os esforços humanos que foram empreendidos, além da utilização de outros recursos materiais e financeiros para a execução do processo licitatório, para que ao fim o resultado seja nulo ou inerte.

#### Ações Preventivas

P-01 Verificar a validade das propostas, e convocar os licitantes adjudicatários dentro do prazo de validade, de modo que a Administração não dê causa ao direito do licitante de descumprir a sua proposta. **Responsável:** WADY LIMA CASTRO JUNIOR

#### Ações de Contingência

C-01 Contatar o licitante adjudicatário para saber do seu interesse em manter a proposta. No caso de recusa, verificar com o segundo colocado do processo licitatório em assumir as condições propostas pelo primeiro colocado. No caso de não haver negociação, realizar novo processo licitatório, em conforme com as normas vigentes e que se relacionem com a atividade. **Responsável:** WADY LIMA CASTRO JUNIOR

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-13	Manutenção das propostas	Não manutenção das propostas por parte dos licitantes adjudicatários.	Seleção do Fornecedor	Administração	Extremo	

#### Impactos

1 Desperdício de recursos públicos, com potencial para prejudicar com impacto bem relevante as atividades institucionais.

#### Ações Preventivas

P-01 Analisar a documentação apresentada pelos licitantes durante a execução do processo licitatório com cautela e bastante atenção, com uma postura profissional **Responsável:** TONY ROGERIO SOUSA PEREIRA



alinhada às regras disciplinadoras das licitações e contratos públicos.

#### Ações de Contingência

C-01	Apurar a responsabilidade do licitante que não manteve a sua proposta comercial através de processo administrativo em que lhe sejam garantidos a ampla defesa e o contraditório.	<b>Responsável:</b> TONY PEREIRA	ROGERIO	SOUSA
------	--	----------------------------------	---------	-------

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-14</b>	Documentação irregular	Documentação irregular para a celebração do contrato.	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	

#### Impactos

1	Desobediência aos instrumentos jurídicos vigentes relacionados à matéria, com a possibilidade de incorrer em irregularidade com potencial elevado de macular a imagem da Instituição frente à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo.
---	--

#### Ações Preventivas

P-01	Analisar com cautela os documentos apresentados pelo licitante para que seja formalizado o contrato.	<b>Responsável:</b> TONY PEREIRA	ROGERIO	SOUSA
------	--	----------------------------------	---------	-------

#### Ações de Contingência

C-01	Apurar a conduta dos agentes envolvidos através de processo administrativo em que sejam garantidos à ampla defesa e o contraditório ao servidor que tendo a obrigação de agir, foi omissa ou agiu de maneira negligente; e ao fornecedor, que agiu de forma inidônea levando a Administração ao cometimento de erro.	<b>Responsável:</b> TONY PEREIRA	ROGERIO	SOUSA
------	--	----------------------------------	---------	-------

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-15</b>	Ausência de garantia contratual	Não fornecimento de garantia que atenda às exigências contratuais.	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	

#### Impactos

1	Descumprimento às obrigações contratuais, bem como aos normativos que versam sobre licitações e contratos públicos.
---	---

#### Ações Preventivas

P-01	Analisar com atenção e cautela os documentos apresentados pelo fornecedor, com vistas a identificar se os mesmos cumprem aos requisitos contratuais.	<b>Responsável:</b> TONY PEREIRA	ROGERIO	SOUSA
------	--	----------------------------------	---------	-------

#### Ações de Contingência

C-01	Apurar a conduta dos agentes envolvidos através de processo administrativo em que sejam garantidos à ampla defesa e o contraditório ao servidor que tendo a obrigação de agir, foi omissa ou agiu de maneira negligente; e ao fornecedor, que agiu de forma inidônea levando a Administração ao cometimento de erro.	<b>Responsável:</b> TONY PEREIRA	ROGERIO	SOUSA
------	--	----------------------------------	---------	-------

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-16</b>	Ausência de designação dos fiscais	Ausência de designação dos fiscais administrativo e fiscal do contrato.	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	

#### Impactos

1	Falta de fiscalização das obrigações contratuais, o que tende a favorecer a ocorrência de infrações por parte do fornecedor, as quais variam de baixa a elevadíssima gravidade.
---	---

#### Ações Preventivas

P-01	Designar servidores, com consequente capacitação dos mesmos, para desempenharem a função de fiscais administrativos e/ou técnicos dos contratos em que o IFMA - Campus Codó figure como parte.	<b>Responsável:</b> WADY LIMA CASTRO JUNIOR
------	--	---

#### Ações de Contingência

C-01	Determinar que seja realizado pela Diretoria de Administração e Planejamento em conjunto com o Departamento de Gestão de Pessoas um levantamento para analisar à carga de trabalho, responsabilidade, competências, habilidades e atitudes dos servidores da instituição visando identificar quais servidores podem ser designados para a função de fiscal administrativo ou fiscal técnico, de modo que essa designação não figure como uma espécie de punição, ao sobrecarregar um servidor que já esteja responsável por um nível relevante de atividades laborais, mas sim, como o reconhecimento da boa conduta profissional do servidor e do potencial do mesmo em contribuir com o bom desenvolvimento das atividades organizacionais.	<b>Responsável:</b> WADY LIMA CASTRO JUNIOR
------	---	---

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
<b>R-17</b>	Falta de capacitação dos servidores fiscais	Falta de capacitação dos servidores designados para a função de fiscal..	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	

#### Impactos

1	Execução, ou até mesmo inexecução, de procedimentos que podem colocar a Administração em situação de insegurança jurídica, contribuindo para a ocorrência das seguintes ações: cerceamento de direitos; não realização de procedimentos essenciais ao interesse público; cometimento de irregularidades passíveis de sanção administrativa e com potencial elevado de macular a imagem institucional, entre outros.
---	---

#### Ações Preventivas

P-01	Investir na capacitação e atualização dos servidores fiscais de contrato - administrativo e técnico, de modo a suprir lacunas que porventura existam no que tange as atribuições e competências desses indivíduos.	<b>Responsável:</b> WADY LIMA CASTRO JUNIOR
------	--	---

#### Ações de Contingência

C-01	Determinar que seja realizado um diagnóstico das competências, habilidades e	<b>Responsável:</b> WADY LIMA CASTRO JUNIOR
------	--	---



atitudes dos fiscais de contrato - administrativo e técnico, com o intuito de identificar pontos fracos que devam ser trabalhados e convertidos em fortalezas.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-18	Impunidade do fornecedor infrator	Não responsabilização do fornecedor por infrações cometidas contra a Administração e o Interesse Público.	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Geração do sentimento de impunidade, o que tende a estimular o fornecedor a manter sua conduta infratora e causadora de danos à Administração.					
Ações Preventivas						
P-01	Apurar a conduta do fornecedor, com observância aos ditames legais, e tendo em vista a necessidade de garantir ao mesmo, a ampla defesa e o contraditório de modo que qualquer cerceamento do exercício de direito não sejam posteriormente utilizados contra a Administração, como por exemplo, em uma demanda judicial.			Responsável: WADY LIMA CASTRO JUNIOR		
Ações de Contingência						
C-01	Abertura de procedimento administrativo para apurar tanto a responsabilidade dos servidores que tendo a obrigação de agir, foram omissos, assim como fornecedor infrator.			Responsável: WADY LIMA CASTRO JUNIOR		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

SEBASTIAO LEARTE SANTOS  
Setor Solicitante

ADJACI DIAS DE BRITO  
Responsável pela Área Técnica

# Documento Digitalizado Público

## Matriz de Gerenciamento de Riscos

**Assunto:** Matriz de Gerenciamento de Riscos  
**Assinado por:** Sebastiao Learte  
**Tipo do Documento:** Outros Documentos  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:  
▪ **DIRETOR(A) - CD0003 - DAP-COD**, em 03/10/2024 08:22:40.

Este documento foi armazenado no SUAP em 03/10/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifma.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 951358  
**Código de Autenticação:** 1db24dbe93





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Instituto Federal do Maranhão – Campus Codó

Núcleo de Licitações, Compras e Contratos

## ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: Pregão Eletrônico – SRP nº 90002/2024

Processo Administrativo nº 23249.025106.2024-94

Ao Instituto Federal do Maranhão-Campus Codó

1. Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico - SRP em referência, apresentamos nossa proposta de preços relativo ao item \_\_\_\_\_ abaixo especificado (s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, e nas condições que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
Total _____					

2. Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_.

3. Estão inclusos nos preços todos os custos operacionais e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, frete, encargos previdenciários, trabalhistas e outros.

4. Nos valores das tarifas já estão inclusos os impostos e as taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

5. Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, inclusive as fixadas para pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e desde que efetuado o “atesto” por servidor competente, na Nota Fiscal – Fatura apresentada.

### **DADOS DA EMPRESA**

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

V. Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

### **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Local e Data.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS  
CODÓ**

(Processo Administrativo nº 23249.025106.2024-94)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS CODÓ** com sede no(a) **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, neste ato representado(a) pelo(a) **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no *DOU* de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa]** OU **[procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **[Pregão Eletrônico]** nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **[objeto]**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE****8.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXX;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, **sociais**, previdenciárias, **tributárias**, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. **Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;**

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. **Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;**

9.15. **Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;**

9.16. **Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;**

9.17. **Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;**

9.18. **Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;**

9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*

9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*

9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*  
*e*

12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*



12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:**

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.**

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO  
CAMPUS CODÓ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O(A) **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS CODÓ**, com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202..., processo administrativo n.º 23249.025106.2024-94, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de equipamentos laboratoriais (laboratório de Hidráulica), especificado(s) no(s) item(ns) 1, 2, 3 e 4 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº 90002/2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação do Maranhão Campus Codó, Uasg nº 158293.

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao

limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço

registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade